

Município de : CORONEL PILAR  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

**TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas**

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	10,67%	6,29%	3,37%	1,00%	4,25%	4,11%
VARIAÇÃO DO PIB	-3,80%	-3,60%	0,31%	1,99%	2,47%	2,45%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	5,04%	5,31%	6,48%	5,61%	5,80%	5,96%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	3,17%	-2,43%	-7,82%	-2,36%	-4,20%	-4,79%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	24,40%	-2,15%	20,73%		6,19%	8,98%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	-3,37%	13,18%	-1,34%	2,82%	4,89%	2,12%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	-8,72%	4,48%	-2,20%	-2,15%	0,05%	-1,43%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO						
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO						
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	90,38%	-44,98%	-20,43%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	14,25%	13,75%	10,05%	7,77%	8,30%	8,32%
PIB / RS (em R\$ milhões)	375.094	380.449	450.366	474.557	511.885	553.008

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

Financial Statement Table (Top Section)

Account	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1110000000						
1120000000						
1130000000						
1140000000						
1150000000						
1160000000						
1170000000						
1180000000						
1190000000						
1200000000						
1210000000						
1220000000						
1230000000						
1240000000						
1250000000						
1260000000						
1270000000						
1280000000						
1290000000						
1300000000						
1310000000						
1320000000						
1330000000						
1340000000						
1350000000						
1360000000						
1370000000						
1380000000						
1390000000						
1400000000						
1410000000						
1420000000						
1430000000						
1440000000						
1450000000						
1460000000						
1470000000						
1480000000						
1490000000						
1500000000						
1510000000						
1520000000						
1530000000						
1540000000						
1550000000						
1560000000						
1570000000						
1580000000						
1590000000						
1600000000						
1610000000						
1620000000						
1630000000						
1640000000						
1650000000						
1660000000						
1670000000						
1680000000						
1690000000						
1700000000						
1710000000						
1720000000						
1730000000						
1740000000						
1750000000						
1760000000						
1770000000						
1780000000						
1790000000						
1800000000						
1810000000						
1820000000						
1830000000						
1840000000						
1850000000						
1860000000						
1870000000						
1880000000						
1890000000						
1900000000						
1910000000						
1920000000						
1930000000						
1940000000						
1950000000						
1960000000						
1970000000						
1980000000						
1990000000						
2000000000						

Financial Statement Table (Bottom Section)

Account	2017	2018	2019	2020	2021	2022
2100000000						
2200000000						
2300000000						
2400000000						
2500000000						
2600000000						
2700000000						
2800000000						
2900000000						
3000000000						
3100000000						
3200000000						
3300000000						
3400000000						
3500000000						
3600000000						
3700000000						
3800000000						
3900000000						
4000000000						
4100000000						
4200000000						
4300000000						
4400000000						
4500000000						
4600000000						
4700000000						
4800000000						
4900000000						
5000000000						
5100000000						
5200000000						
5300000000						
5400000000						
5500000000						
5600000000						
5700000000						
5800000000						
5900000000						
6000000000						
6100000000						
6200000000						
6300000000						
6400000000						
6500000000						
6600000000						
6700000000						
6800000000						
6900000000						
7000000000						
7100000000						
7200000000						
7300000000						
7400000000						
7500000000						
7600000000						
7700000000						
7800000000						
7900000000						
8000000000						
8100000000						
8200000000						
8300000000						
8400000000						
8500000000						
8600000000						
8700000000						
8800000000						
8900000000						
9000000000						
9100000000						
9200000000						
9300000000						
9400000000						
9500000000						
9600000000						
9700000000						
9800000000						
9900000000						
10000000000						

**Município de : CORONEL PILAR**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018**  
**Estimativas para a Receita Corrente Líquida**  
**Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 19/2016, do TCE/RS**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)</b>	<b>13.995.588,36</b>	<b>14.476.332,63</b>	<b>15.393.603,35</b>	<b>16.601.198,62</b>	<b>17.557.076,09</b>
<b>II - DEDUÇÕES</b>	<b>3.834.588,29</b>	<b>3.889.527,82</b>	<b>4.044.775,91</b>	<b>4.354.831,61</b>	<b>4.622.610,09</b>
I R R F s/Rendimentos do Trabalho	-	-	-	-	-
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	292.178,59	333.000,00	347.712,47	383.518,98	423.092,82
Compensação Financeira entre Regimes	-	-	-	-	-
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	1.399.839,06	1.400.000,00	1.351.852,11	1.444.115,68	1.540.303,82
Deduções da Receita Corrente	2.142.570,64	2.156.527,82	2.345.211,33	2.527.196,95	2.659.213,45
<b>III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb</b>	<b>1.764.961,51</b>	<b>1.702.144,15</b>	<b>1.891.969,14</b>	<b>2.033.946,00</b>	<b>2.135.846,36</b>
<b>IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)</b>	<b>11.925.961,58</b>	<b>12.288.948,96</b>	<b>13.240.796,58</b>	<b>14.280.313,01</b>	<b>15.070.312,36</b>

**Município de : CORONEL PILAR**  
**Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2018**  
**Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2018 a 2021**

<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	7.150.030,15	7.711.369,02	8.137.968,67
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	6.792.528,64	7.325.800,57	7.731.070,24
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	6.435.027,14	6.940.232,12	7.324.171,81

<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	794.447,79	856.818,78	904.218,74
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	754.725,40	813.977,84	859.007,80
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	715.003,02	771.136,90	813.796,87

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Lega, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de : CORONEL PILAR  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018  
 TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida e Resultado Nominal - Exceto RPPS

Exercício	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
<b>(1) Dívida Consolidada - Exceto RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	1.694.937,19	1.494.667,39	1.500.000,00	1.563.201,53	1.519.289,64	1.527.497,06
<b>(3) Dívida Consolidada Líquida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>(4) Passivos Reconhecidos</b>						
<b>(5) Dívida Fiscal Líquida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>(6) Resultado Nominal</b>		-	-	-	-	-

**Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida**

*Valores em R\$*

Operações de Crédito / Pagamentos	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
<b>2.1 - Operações de Crédito</b>	-	-	-	-	-	-
<b>2.2 Encargos - Exceto RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>2.3 Amortizações - Exceto RPPS</b>	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

**Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:**

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

**Dívida Consolidada Líquida – DCL** – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

**Resultado Nominal** – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Município de : CORONEL PILAR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS ANUAIS - CONSOLIDADO**  
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018				2019				2020			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB	% RCL
			(a / PIB)	(a /RCL)			(b / PIB)	(B /RCL)			(c / PIB)	(b /RCL)
			x 100	x 100			x 100	x 100			x 100	x 100
Receita Total	14.101.424,92	13.961.806,85	0,003%	106,50%	15.217.803,64	14.452.884,72	0,003%	106,56%	16.139.995,17	14.723.583,26	0,000%	107,10%
Receitas Primárias (I)	12.465.518,54	12.342.097,56	0,003%	94,14%	13.471.143,58	12.794.020,07	0,003%	94,33%	14.277.921,22	13.024.920,99	0,000%	94,74%
Despesa Total	14.101.424,92	13.961.806,85	0,003%	106,50%	15.217.803,64	14.452.884,72	0,003%	106,56%	16.139.995,17	14.723.583,26	0,000%	107,10%
Despesas Primárias (II)	14.101.424,92	13.961.806,85	0,003%	106,50%	15.217.803,64	14.452.884,72	0,003%	106,56%	16.139.995,17	14.723.583,26	0,000%	107,10%
Resultado Primário (I - II)	- 1.635.906,38	- 1.619.709,29	0,000%	-12,36%	- 1.746.660,06	- 1.658.864,65	0,000%	-12,23%	- 1.862.073,95	- 1.698.662,27	0,000%	-12,36%
Resultado Nominal	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%
Dívida Pública Consolidada	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%
Receitas Primárias Advidas de PPP (IV)	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas das despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 - o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

**Premissas e Metodologia Utilizadas:**

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2014, 2015 e 2016) e os valores reestimados para o exercício atual (2017), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeio. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa partidas receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,00%, 4,25% e 4,11% e das taxas de inflação (IPCA), de 1,99%, 2,47% e 2,45%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 31/07/2017.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 403/2016 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisado por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2018. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2018, 2019 e 2020, utilizou-se, como parâmetros a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 7,77%, 8,30% e 8,32%, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 31/07/2017.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2017, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO (2018), os números mais representativos no contexto das projeções:
  - 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2018, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 14.101.424,92, a preçocorrentes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 1.635.906,38), resultam numa Receita Primária de R\$ 12.465.518,54.
  - 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 14.101.424,92 que são também as despesas primárias para 2018.
  - 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2018 que foi inicialmente prevista em R\$ -1.635.906,38, que representa o valor dos rendimentos de aplicações financeiras, pois como não temos dívidas, podemos gastar o que arrecadarmos, inclusive os rendimentos de aplicações financeiras.

Município de : CORONEL PILAR  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS ANUAIS - RPPS**  
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total RPPS	2.285.685,47	2.263.054,92	0,000%	2.474.112,72	2.349.752,09	0,000%	2.676.582,28	2.441.691,07	0,000%
Receitas Primárias RPPS (I)	933.833,36	924.587,48	0,000%	1.029.997,04	978.224,51	0,000%	1.136.278,46	1.036.561,06	0,000%
Despesa Total RPPS	2.285.685,47	2.263.054,92	0,000%	2.474.112,72	2.349.752,09	0,000%	2.676.582,28	2.441.691,07	0,000%
Despesas Primárias RPPS (II)	2.285.685,47	2.263.054,92	0,000%	2.474.112,72	2.349.752,09	0,000%	2.676.582,28	2.441.691,07	0,000%
Resultado Primário RPPS (I – II)	- 1.351.852,11	- 1.338.467,44	0,000%	- 1.444.115,68	-1.371.527,58	0,000%	-1.540.303,82	-1.405.130,01	0,000%

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : CORONEL PILAR  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)**  
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB) x 100	Corrente	Constante	(b / PIB) x 100	Corrente	Constante	(c / PIB) x 100
	(a)			(b)			(c)		
Receita Total	11.815.739,45	11.698.751,93	0,002%	12.743.690,92	12.103.132,62	0,002%	13.463.412,89	12.281.892,19	0,002%
Receitas Primárias (I)	11.531.685,18	11.417.510,08	0,002%	12.441.146,54	11.815.795,56	0,002%	13.141.642,76	11.988.359,93	0,002%
Despesa Total	11.815.739,45	11.698.751,93	0,002%	12.743.690,92	12.103.132,62	0,002%	13.463.412,89	12.281.892,19	0,002%
Despesas Primárias (II)	11.815.739,45	11.698.751,93	0,002%	12.743.690,92	12.103.132,62	0,002%	13.463.412,89	12.281.892,19	0,002%
Resultado Primário (I – II)	- 284.054,27	- 281.241,85	0,000%	- 302.544,38	- 287.337,07	0,000%	- 321.770,13	- 293.532,26	0,000%

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.



Município de : CORONEL PILAR  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2016)**  
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	12.051.476,00	0,003%	101,05%	12.539.636,94	0,003%	105,15%	488.160,94	4,05%
Receita Primárias (I)	11.277.824,00	0,003%	94,57%	10.954.556,75	0,003%	91,85%	- 323.267,25	-2,87%
Despesa Total	12.051.476,00	0,003%	101,05%	10.234.514,62	0,003%	85,82%	- 1.816.961,38	-15,08%
Despesa Primárias (II)	12.051.476,00	0,003%	101,05%	10.234.514,62	0,003%	85,82%	- 1.816.961,38	-15,08%
Resultado Primário (I-II)	- 773.652,00	0,000%	-6,49%	720.042,13	0,000%	6,04%	1.493.694,13	-193,07%
Resultado Nominal	-	0,000%	0,00%	-	0,000%	0,00%	-	-
Dívida Pública Consolidada	-	0,000%	0,00%	-	0,000%	0,00%	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-	0,000%	0,00%	-	0,000%	0,00%	-	-

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2016), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2016 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ 720.042,13, valor 1.453.694,13 << superior >> à meta estabelecida, que era de R\$ (733.652,00). O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) << foi >> capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 10.954.556,75 resultado abaixo da projeção para o período de R\$ 11.277.824,00. As despesas não financeiras atingiram R\$ 10.234.514,62, estabelecendo-se 9,25% << abaixo >> da previsão. Não obstante a sua << retração >>, corresponderam a 93,43% do total das receitas primárias << não comprometendo >>, dessa forma, a obtenção do superávit primário.

Município de : CORONEL PILAR  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2015	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %
Receita Total	11.050.000,00	12.051.476,00	9,06%	12.550.000,00	4,14%	14.101.424,92	12,36%	15.217.803,64	7,92%	16.139.995,17	6,06%
Receitas Primárias (I)	10.316.750,00	11.277.824,00	9,32%	10.832.325,00	-3,95%	12.465.518,54	15,08%	13.471.143,58	8,07%	14.277.921,22	5,99%
Despesa Total	11.050.000,00	12.051.476,00	9,06%	12.550.000,00	4,14%	14.101.424,92	12,36%	15.217.803,64	7,92%	16.139.995,17	6,06%
Despesas Primárias (II)	11.050.000,00	12.051.476,00	9,06%	12.550.000,00	4,14%	14.101.424,92	12,36%	15.217.803,64	7,92%	16.139.995,17	6,06%
Resultado Primário (I – II)	- 733.250,00	- 773.652,00	5,51%	- 1.717.675,00	122,02%	- 1.635.906,38	-4,76%	- 1.746.660,06	6,77%	- 1.862.073,95	6,61%
Resultado Nominal	-	-	0	-	0	0	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	-	-	0	-	0	0	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0	-	0	0	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2015	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %
Receita Total	12.140.853,02	12.457.610,74	2,61%	12.550.000,00	0,74%	13.961.806,85	11,25%	14.452.884,72	3,52%	14.723.583,26	1,87%
Receitas Primárias (I)	11.335.216,77	11.657.886,67	2,85%	10.832.325,00	-7,08%	12.342.097,56	13,94%	12.794.020,07	3,66%	13.024.920,99	1,80%
Despesa Total	12.140.853,02	12.457.610,74	2,61%	12.550.000,00	0,74%	13.961.806,85	11,25%	14.452.884,72	3,52%	14.723.583,26	1,87%
Despesas Primárias (II)	12.140.853,02	12.457.610,74	2,61%	12.550.000,00	0,74%	13.961.806,85	11,25%	14.452.884,72	3,52%	14.723.583,26	1,87%
Resultado Primário (I – II)	- 805.636,24	- 799.724,07	-0,73%	- 1.717.675,00	114,78%	- 1.619.709,29	-5,70%	- 1.658.864,65	2,42%	- 1.698.662,27	2,40%
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	#DIV/0!

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2018), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2015, 2016 e 2017), bem como para os dois seguintes (2019 e 2020), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2015, 2016 e 2017 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : CORONEL PILAR  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	17.500.127,00	96,31%	14.790.420,27	84,52%	133.636,89	0,90%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	671.091,98	3,69%	2.709.706,73	15,48%	14.656.783,38	99,10%
<b>TOTAL</b>	<b>18.171.218,98</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.500.127,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>14.790.420,27</b>	<b>100,00%</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	2.252.529,41	126,17%	1.018.752,82	45,23%	133.636,89	13,12%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	(467.280,00)	-26,17%	1.233.776,59	54,77%	885.115,93	86,88%
<b>TOTAL</b>	<b>1.785.249,41</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.252.529,41</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.018.752,82</b>	<b>100,00%</b>

**CONSOLIDAÇÃO GERAL**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	19.752.656,41	98,98%	15.809.173,09	80,04%	267.273,78	1,69%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	203.811,98	1,02%	3.943.483,32	19,96%	15.541.899,31	98,31%
<b>TOTAL</b>	<b>19.956.468,39</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.752.656,41</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.809.173,09</b>	<b>100,00%</b>

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 091/2002, está sobre a gestão do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor de Coronel Pilar - FAPS, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2014 a 2016, aponta que o saldo patrimonial << aumentou / decresceu >> de R\$ 1.018.752,82 em 31.12.2014 para R\$ 1.785.249,41 em 31.12.20156

Município de : CORONEL PILAR  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2016	2015	2014
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2014			
RECEITAS DE CAPITAL	-	85.049,00	277.887,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	85.049,00	277.887,00
Alienação de Bens Móveis	-	85.049,00	277.887,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	11.419,09	6.330,24	
<b>TOTAL</b>	<b>11.419,09</b>	<b>91.379,24</b>	<b>277.887,00</b>

DESPESAS EXECUTADAS	2016	2015	2014
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	-	215.505,24	27.122,76
Investimentos		215.505,24	27.122,76
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>215.505,24</b>	<b>27.122,76</b>
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	<b>138.057,33</b>	<b>126.638,24</b>	<b>250.764,24</b>

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : CORONEL PILAR  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS**  
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<b>RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>			
<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	2.140.038,42	1.469.744,45	1.117.442,43
Receita de Contribuições dos Segurados	292.178,59	257.150,92	221.892,37
Civil	292.178,59	257.150,92	221.892,37
Ativo	292.178,59	257.150,92	221.892,37
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	306.520,74	269.774,43	232.784,65
Civil	306.520,74	269.774,43	232.784,65
Ativo	306.520,74	269.774,43	232.784,65
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Cobertura de Déficit Atuarial	185.665,19	163.407,29	141.001,78
Receita Patrimonial	1.355.673,90	779.411,81	521.763,63
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	1.355.673,90	779.407,29	521.763,63
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			

Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS RPPS - (III) = (I + II)</b>	<b>2.140.038,42</b>	<b>1.469.744,45</b>	<b>1.117.442,43</b>

<b>DESPESAS PREVIDENCIARIAS - RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
ADMINISTRAÇÃO (IV)	20.490,17	18.755,17	17.461,00
Despesas Correntes	20.490,17	18.755,17	17.461,00
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (V)	332.548,84	268.072,52	170.476,00
Benefícios - Civil	332.548,84	268.072,52	170.476,00
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIARIAS RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>353.039,01</b>	<b>286.827,69</b>	<b>187.937,00</b>

<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>1.786.999,41</b>	<b>1.182.916,76</b>	<b>929.505,43</b>
--	---------------------	---------------------	-------------------

<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS</b>			
VALOR			

<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
VALOR	1.036.600,00	958.650,00	866.300,00

<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	185.665,19	163.407,29	141.001,78

<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	85,00	765,76	25.503,24
Investimentos e Aplicações	9.496.332,29	7.711.167,88	6.451.888,05
Outro Bens e Direitos			

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" Exercício Anterior) + (c)
2016	2.160.603,15	353.039,01	1.807.564,14	9.518.732,02
2017	1.400.391,32	337.204,52	1.063.186,80	10.581.918,82
2018	1.475.792,28	341.925,39	1.133.866,89	11.715.785,71
2019	1.555.596,57	346.712,34	1.208.884,23	12.924.669,93
2020	1.640.066,71	351.566,32	1.288.500,40	14.213.170,33
2021	1.729.480,95	356.488,24	1.372.992,71	15.586.163,04
2022	1.841.580,35	440.779,84	1.400.800,51	16.986.963,55
2023	1.938.318,13	446.950,75	1.491.367,37	18.478.330,93
2024	2.049.636,61	493.976,42	1.555.660,19	20.033.991,12
2025	2.156.149,34	500.892,09	1.655.257,25	21.689.248,36
2026	2.314.931,96	717.493,91	1.597.438,06	23.286.686,42
2027	2.471.723,51	940.062,40	1.531.661,11	24.818.347,53
2028	2.588.148,44	996.323,05	1.591.825,39	26.410.172,92
2029	2.751.939,99	1.146.479,59	1.605.460,40	28.015.633,32
2030	2.864.610,23	1.162.530,31	1.702.079,92	29.717.713,24
2031	3.026.444,45	1.358.547,46	1.667.896,99	31.385.610,23
2032	3.187.667,56	1.559.825,24	1.627.842,32	33.013.452,55
2033	3.314.690,12	1.627.865,23	1.686.824,89	34.700.277,44
2034	3.457.061,62	1.744.353,87	1.712.707,75	36.412.985,18
2035	3.613.278,42	1.911.290,29	1.701.988,13	38.114.973,31
2036	3.770.079,27	2.082.559,04	1.687.520,22	39.802.493,53
2037	3.915.540,43	2.209.404,09	1.706.136,33	41.508.629,87
2038	4.074.952,55	2.388.921,06	1.686.031,49	43.194.661,36
2039	3.979.727,87	2.522.809,62	1.456.918,25	44.651.579,61
2040	4.111.019,61	2.659.978,84	1.451.040,78	46.102.620,39
2041	4.256.754,08	2.858.156,36	1.398.597,72	47.501.218,11
2042	4.399.238,09	3.055.253,01	1.343.985,08	48.845.203,19
2043	4.552.535,62	3.310.402,04	1.242.133,59	50.087.336,78
2044	4.649.769,17	3.356.747,66	1.293.021,50	51.380.358,28
2045	4.724.170,23	3.294.560,32	1.429.609,91	52.809.968,19
2046	4.846.210,95	3.396.039,34	1.450.171,61	54.260.139,80
2047	4.956.707,83	3.443.583,89	1.513.123,93	55.773.263,73
2048	5.071.310,65	3.491.794,07	1.579.516,58	57.352.780,31
2049	5.204.081,53	3.598.391,98	1.605.689,54	58.958.469,86

2050	5.339.148,69		3.707.290,25		1.631.858,45		60.590.328,30
2051	5.462.283,17		3.759.192,31		1.703.090,86		62.293.419,16
2052	5.620.611,41		3.939.182,28		1.681.429,13		63.974.848,29
2053	5.747.859,25		3.994.330,83		1.753.528,42		65.728.376,71
2054	5.894.650,29		4.112.118,87		1.782.531,42		67.510.908,13
2055	6.043.971,49		4.232.422,08		1.811.549,41		69.322.457,54
2056	6.195.837,73		4.355.287,81		1.840.549,92		71.163.007,46
2057	6.350.262,16		4.480.764,22		1.869.497,94		73.032.505,41
2058	6.507.256,08		4.608.900,33		1.898.355,75		74.930.861,15
2059	5.719.863,95		4.673.424,94		1.046.439,01		75.977.300,17
2060	5.799.786,46		4.738.852,89		1.060.933,58		77.038.233,75
2061	5.880.818,56		4.805.196,83		1.075.621,73		78.113.855,48
2062	5.965.794,85		4.941.615,34		1.024.179,51		79.138.034,99
2063	6.045.151,11		5.010.797,95		1.034.353,16		80.172.388,14
2064	6.125.368,47		5.080.949,13		1.044.419,34		81.216.807,48
2065	6.212.666,40		5.304.674,08		907.992,32		82.124.799,80
2066	6.066.557,25		5.452.039,52		614.517,74		82.739.317,54
2067	6.119.375,29		5.528.368,07		591.007,22		83.330.324,76
2068	6.171.005,95		5.680.926,35		490.079,60		83.820.404,36
2069	6.216.807,33		5.836.672,69		380.134,64		84.200.539,00
2070	6.256.241,58		5.995.666,48		260.575,10		84.461.114,10
2071	6.288.735,01		6.079.605,81		209.129,20		84.670.243,30
2072	6.318.377,72		6.164.720,29		153.657,43		84.823.900,72
2073	6.344.931,45		6.251.026,37		93.905,07		84.917.805,80
2074	6.368.142,71		6.338.540,74		29.601,97		84.947.407,77
2075	6.387.741,87		6.427.280,31		-39.538,44		84.907.869,33
2076	6.403.442,13		6.517.262,24		-113.820,11		84.794.049,22
2077	6.414.938,50		6.608.503,91		-193.565,41		84.600.483,81
2078	6.421.906,72		6.701.022,96		-279.116,25		84.321.367,56
2079	6.424.002,03		6.882.418,46		-458.416,43		83.862.951,13
2080	6.415.603,12		7.077.940,03		-662.336,91		83.200.614,22
2081	6.395.236,47		7.267.081,81		-871.845,33		82.328.768,89
2082	6.362.570,55		7.368.820,95		-1.006.250,40		81.322.518,49
2083	6.322.115,35		7.471.984,45		-1.149.869,10		80.172.649,39
2084	6.273.321,90		7.670.478,16		-1.397.156,26		78.775.493,13
2085	6.209.974,01		7.873.065,20		-1.663.091,19		77.112.401,93
2086	6.130.956,76		7.983.288,11		-1.852.331,36		75.260.070,58
2087	6.040.875,85		8.095.054,15		-2.054.178,29		73.205.892,28
2088	5.938.978,96		8.208.384,90		-2.269.405,95		70.936.486,34
2089	5.469.784,92		8.323.302,29		-2.853.517,37		68.082.968,97
2090	5.334.797,36		8.439.828,52		-3.105.031,16		64.977.937,81



Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterà a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo 4 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2014, 2015 e 2016, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo 10 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2016.

Os valores informados na linha 'Bens e Direitos do RPPS', correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Município de : CORONEL PILAR  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
 EXERCÍCIO DE 2018

**AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)**

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
IPTU			2.600,00	2.710,50	2.821,90	Vide Obsevação  abaixo
TAXA DE LIXO			800,00	834,00	868,28	
ISS			500,00	521,25	542,67	
			-	-	-	
			-	-	-	
<b>TOTAL</b>			<b>3.900,00</b>	<b>4.065,75</b>	<b>4.232,85</b>	-

**Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>**

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2018 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2019 e 2020, foram claculados a partir dos valores de 2018, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2019: 4,25%

Inflação para 2020: 4,11%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 54 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de

receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : CORONEL PILAR  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
 EXERCÍCIO DE 2018

**AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)**

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2018
<b>Aumento Permanente da Receita</b>	<b>378.358,50</b>
Decorrente de Receitas Tributárias	(26.937,36)
Decorrente de Transferências Correntes	405.295,87
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(123.943,29)
<b>Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)</b>	<b>254.415,21</b>
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	<b>254.415,21</b>
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
<b>Novas DOCC</b>	<b>530.526,14</b>
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	159.234,47
Relativas a Outras Despesas Correntes	371.291,67
<b>Novas DOCC geradas por PPP</b>	-
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-</b>	<b>SEM MARGEM</b>

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2018 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2017-2018.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2018, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2017-2018 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.

Município de : CORONEL PILAR  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º,  
 inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2018
<b>Aumento Permanente da Receita</b>	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
<b>Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)</b>	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
<b>Impacto de Novas DOCC</b>	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)</b>	-

Fonte:

**Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2018, adequar-se-ão às receitas do Município.**

Município de : CORONEL PILAR  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
 EXERCÍCIO DE 2018

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Demandas Judiciais	15.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da reserva de Contingência	75.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	60.000,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>75.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>75.000,00</b>
<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Frustração de Arrecadação	200.000,00	Limitação de Empenho LDO	200.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais	20.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da reserva de Contingência	20.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>220.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>220.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>295.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>295.000,00</b>

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2018**  
**ANEXO III - METAS E PRIORIDADES**

**PROGRAMA:**  
**OBJETIVO:**

TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida	
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
<b>TOTAL DO PROGRAMA</b> =====>			

(\*) Tipo: P – OE – Operação Especial NO – Não-orçamentária



--

2018
------

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

--

MUNICÍPIO DE:								
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018								
ANEXO IV								
RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO								
(Art. 45 da LRF)								
			EXECUÇÃO %			RECURSOS PRIORIZADOS PARA 2018		
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	ATÉ EXERC ANTERIOR 2016	NO EXERCÍCIO DE 2017	A EXECUTAR EM 2018	PROJETOS EM EXECUÇÃO	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	NOVOS PROJETOS
Calçamento em Linha Santana	2017	89.000,00		100,00%				
Pavimentação Asfáltica Linha Pompéia	2017	294.783,91		40,00%	60,00%	176.870,35		
Pintura Moinho							30.000,00	
Pintura Ginásio							50.000,00	
Manutenção Prefeitura							20.000,00	
<b>Total dos Recursos a Priorizar</b>						<b>176.870,35</b>	<b>100.000,00</b>	-